

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/8634	12359/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DOM - DGE [ENTRADAS]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

CPE.07.23. DMOSM – “ORDENAMENTO E REGULARIZAÇÃO DO RIO TORTO E DA RIBEIRA DE PANÓIAS” - 2ª Modificação Objetiva do Contrato (MOC 2)

- Autorização e aprovação para execução de trabalhos complementares;
- Aprovação de prorrogação de prazo;
- Aprovação da Minuta da 2.ª Modificação Objetiva ao Contrato de empreitada.

PROPOSTA:

Relativamente à empreitada supramencionada, propõe-se a autorização e aprovação para execução de trabalhos complementares no valor de 39.857,76€ + IVA de acordo com a informação técnica anexa.

À execução destes trabalhos estará associada a prorrogação do respetivo prazo de execução, por um período de 30 dias, prevendo-se assim a conclusão da empreitada até 07 /07/2025.

Tendo em conta a formalização por escrito desta modificação contratual, propõe-se a aprovação da minuta da 2.ª Modificação Objetiva ao Contrato de empreitada (MOC2), que se anexa.

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO



Data: 13/03/2025

Nº Processo: 1886/2024

Processo: Gestão de empreitadas - (2023/300.10.001/141) - Ordenamento e regularização do rio Torto e Ribeira de Panoias

Remete-se para aprovação em reunião de Câmara, a proposta de MOC 2 da empreitada em título.



CPE.07.23. DMOSM – “ORDENAMENTO E REGULARIZAÇÃO DO RIO TORTO E DA RIBEIRA DE PANÓIAS”

MODIFICAÇÃO OBJETIVA DO CONTRATO DA EMPREITADA 2º adicional ao contrato da empreitada

1 – ENQUADRAMENTO DA OBRA

Em reunião de Câmara de 15 de maio de 2023, foi deliberado abrir o Concurso Público: **CPE.07.23. DMOSM – “ORDENAMENTO E REGULARIZAÇÃO DO RIO TORTO E DA RIBEIRA DE PANÓIAS”**, nos termos do disposto na **alínea b) do artigo 19.º** do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as respetivas alterações e republicações em vigor.

A empreitada foi adjudicada à empresa Alexandre Barbosa Borges, SA, por decisão da Vice-Presidente da Câmara 16 de agosto de 2023, em substituição do Presidente da Câmara, ratificada por deliberação da Câmara Municipal de 11 de setembro de 2023, pelo valor de **2.295.133,71 € (dois milhões, duzentos e noventa e cinco mil, cento e trinta e três euros e setenta e um cêntimo)**, a que acresce o IVA à taxa legal em vigor.

1 - DATAS CHAVE DA EMPREITADA

O contrato da empreitada foi celebrado em 14/09/2023.

Consignação da empreitada ocorreu em 15/12/2023.

A aprovação do plano de segurança e saúde para a fase de obra ocorreu em 15/12/2023.

O prazo de execução dos trabalhos da empreitada são 240 dias.

A data inicialmente prevista para a conclusão dos trabalhos da empreitada era 11-08-2024.

1ª Prorrogação de prazo de 120 dias. Data prevista para a conclusão da obra 09-12-2024

Data prevista para conclusão da obra considerando a prorrogação de prazo da MOC 1 (60 dias) 07-02-2025.

2ª Prorrogação de prazo de 120 dias. Data prevista para a conclusão dos trabalhos da empreitada: 07-06-2025.

Data prevista para conclusão da obra (considerando o prazo da MOC 2, se aprovada): 07-07-2025, (30 dias).

2 – TRABALHOS COMPLEMENTARES

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 370.º do Código dos Contratos Públicos, “são trabalhos complementares aqueles, cuja espécie ou quantidade não esteja prevista no contrato e cuja realização se revele necessária para a sua execução”. Nessa condição, no orçamento que se junta, discriminam-se os trabalhos complementares necessários à execução da empreitada, devidamente justificados:

2.1. TM 12 – Muro no talude da margem direita, entre perfis 2.1 e 2.2

2.1.1. Identificação e justificação para a necessidade de realização dos trabalhos

Estes trabalhos surgem pelo facto de a margem direita da Ribeira de Castro, troço 2, junto à ETAR de Frossos, ter sido reduzida, devido à construção dos pavilhões no período compreendido entre a elaboração do projeto e a execução da obra em si.







Nesse pressuposto, propõe-se a Entidade Executante a realizar a construção do muro mantendo os preços contratuais, prevendo uma verba de 5.275,00 € para trabalhos preparatórios, que considero de aceitar, pois as condições de trabalho tornaram-se mais difíceis uma vez que a margem (plataforma de trabalho) é muito estreita, sem espaço para deposição de materiais resultantes da movimentação de solos, das demolições ou necessários para a construção, obrigando à remoção continua e deslocamentos permanentes fora do limite de intervenção.

Terão ainda de afastar as pedras de grandes dimensões existentes, de fazer o desvio da água da ribeira, tudo isto, conforme já referi, em condições de trabalho difíceis.

2.1.2. Enquadramento legal dos trabalhos

São trabalhos complementares que se enquadram no nº 1 do artigo 370º do CCP por a espécie e a quantidade não estar prevista no contrato da empreitada, ainda que a sua realização seja necessária para o cumprimento desse mesmo contrato.

Este procedimento tem enquadramento legal nas alíneas a) e b) do nº 2 do artigo 370º do CCP, pois não é favorável para o dono da obra que se mude o cocontratante, por razões económicas e técnicas. Essa mudança provocaria aumento considerável de custos para o dono da obra, que estando no local aproveita e rentabiliza o equipamento e a mão de obra que tem disponíveis.

O valor desta proposta é inferior a 50% do preço contratual inicial, pelo que tem enquadramento legal no nº 4 do artigo 370º do CCP.

2.1.3. Prazo

Em conformidade com a alínea b) do nº 1 do artigo 373º do CCP, são trabalhos complementares da mesma espécie de alguns do contrato, mas terão de ser executados em condições diferentes, prejudicando o normal desenvolvimento do plano de trabalhos. Por esse motivo, apresentou o adjudicatário uma proposta de prazo de execução de **30 dias**, o que se vai refletir no prazo de conclusão da obra.

2.1.4. Conclusão

Considero de aceitar a proposta de trabalhos complementares, no valor de **39.857,76 € + IVA (1,74%)**.

Os preços unitários, não contratuais, são aceitáveis, dada a natureza e as condições locais para a execução dos trabalhos.

Na tabela infra, consta o valor a considerar na Modificação Objetiva ao Contrato da empreitada (MOC2) e a situação financeira da obra depois da aprovação dos referidos trabalhos complementares:

Designação	Trabalhos complementares (Artigo 370º, n.º 4)		Supressão de Trabalhos complementares e trabalhos a menos (Artigo 381º, n.º 1)
	Valor (€)	%	Valor (€)
MOC 1	240 027,55	10,46%	118 013,70
MOC 2 (TM12)	39 857,76	1,74%	
TOTAIS	279 885,31	12,19%	118 013,70
LIMITES LEGAIS ESTABELECIDOS	1 147 566,86	50,00%	1 147 566,86

3 – PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

Nestes termos, tendo em conta os antecedentes e o enquadramento legal, solicito [autorização superior](#) para a execução dos trabalhos complementares, no valor global de **39.857,76 €+ IVA**, que corresponde a 1,74 % a mais em relação ao valor de adjudicação.

Em conformidade com a propostas de prazo do empreiteiro para a realização destes trabalhos são necessários 30 dias. Este tempo refletir-se-á no prazo de conclusão da obra.

Assim sendo, a prorrogação de prazo que estou a propor para aprovação superior é de **30 dias**, implicando que a empreitada só seja concluída em 7 de julho de 2025 (considerando o prazo inicial a 2 prorrogações de prazo, a prorrogação devido à MOC1 e agora a prorrogação devido à MOC 2).

Com vista à autorização destes trabalhos, deve proceder-se ao registo do **cabimento prévio e respetivo compromisso**, relativo ao encargo total de **39.857,76 €** acrescido do IVA à taxa legal em vigor.

De acordo com o artigo 94º do CCP, é exigido que este contrato adicional seja reduzido a escrito, pelo que deverá ser solicitada a elaboração da minuta do mesmo.

ANEXOS:

- Proposta TM12

Gestor do contrato

Descrição	Und	Quantidade	Preço Unitário	Total	Obs
7/02/2025					
Muro no talude da margem direita_entre perfil 2.1 e 2.2.					
TRABALHOS PREPARATÓRIOS				5 275,00 €	
Trabalhos preparatórios à execução do muro em alvenaria de pedra, incluindo desvio alvenaria de pedra existente, limpeza, trabalhos de desvio de água, abertura de vala, carga e transporte dos produtos sobantes para unidade de valorização de resíduos licenciada e despesas ao tratamento dos mesmos e todos os trabalhos necessários à boa execução.	un	1,00	5 275,00 €	5 275,00 €	
MURO MARGINAIS				34 582,76 €	
Revestimento e colocação de GEOTÊXTIL em muros marginais, do tipo não tecido, produzido através do agulhamento mecânico de filamento contínuo de polipropileno (100%) e estabilizado aos raios UV, formando um geotêxtil de dupla camada não tecido, imputrescível com gramagem igual ou superior a 400g/m², resistência à tração maior ou igual a 30KN/m, resistência ao punçoamento CBR maior ou igual a 4600 kN/m², permeabilidade vertical igual a 60 l/m², resistência a meios ácidos e alcalinos, com espessura de 0,30m nas juntas.	m²	170,97	5,42 €	926,68 €	
Muro marginal em blocos de granito, assente em fundação em betão ciclópico, com ligação transversal conforme pormenor, com comprimento variável entre 0,80 a 1,50 m, de acordo com peças desenhadas e caderno de encargos.	m³	74,46	448,02 €	33 360,02 €	
Nota: considerando o aproveitamento de 10 m3 de pedra existente no local					
Revestimento e colocação de SOLOS PARA ATERRO de poços, valas e taludes de muros de suporte enterrados, provenientes de empréstimo, para execução de aterro, incluindo a compactação por camadas, incluindo espalhamento por camadas de 0.20 m de compactação e regularização, de acordo com os desenhos de pormenor, o caderno de encargos e o Plano de Prevenção e Gestão dos Resíduos da Construção e das Instalações (RCD).	m³	115,20	2,57 €	296,06 €	
TOTAL GERAL rev2				39 857,76 €	

Considerados quaisquer trabalhos que não estejam referenciados nesta lista de trabalhos.

Execução: Prazo de 30 dias com condições atmosféricas favoráveis. Estes trabalhos tem implicação no caminho crítico do plano de trabalhos em vias.



MINUTA / 2.ª MODIFICAÇÃO OBJETIVA

CONTRATO DE EMPREITADA N.º CPE.07.23.DMOSM

“ORDENAMENTO E REGULARIZAÇÃO DO RIO TORTO E DA RIBEIRA DE PANÓIAS”

ENTRE

Primeira: MUNICÍPIO DE BRAGA, com sede na Praça Municipal, 4700-435 Braga, pessoa coletiva n.º 506901173, aqui representada por **Ricardo Bruno Antunes Machado Rio**, na qualidade de presidente da Câmara Municipal de Braga, com poderes para obrigar, doravante identificada por «**Dono da Obra**»;

E

Segunda: ALEXANDRE BARBOSA BORGES, SA., com sede no lugar de Martim de Além, freguesia de Martim, concelho de Barcelos, 4755-307 Martim, pessoa coletiva n.º 500553408, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Barcelos sob o mesmo número, com o capital social de € 7.000.000,00 (sete milhões de euros), aqui representada por **Paulo Renato Brandão Ferreira**, na qualidade de administrador, com poderes para obrigar, conforme....., doravante identificada por «**Empreiteiro**».

Considerando que:

- a) Em 14 de setembro de 2023, pelos outorgantes, foi celebrado o Contrato de Empreitada n.º CPE.07.23.DMOSM, tendo por objeto a execução da obra “**ORDENAMENTO E REGULARIZAÇÃO DO RIO TORTO E RIBEIRA DE PANÓIAS**”, na sequência do procedimento por Concurso Público: CPE.07.23.DMOSM, ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 19º do *Código dos Contratos Públicos*, adjudicada por decisão da vice-presidente da Câmara Municipal, de 16 de agosto de 2023, em substituição do presidente da Câmara, conforme despacho de 9 de outubro de 2021, ratificada por deliberação da Câmara Municipal, de 11 de setembro de 2023, pelo preço contratual de € 2.295.133,71 (dois milhões, duzentos e noventa e cinco mil, cento e trinta e três euros e setenta e um cêntimos), acrescido do IVA, com o prazo de execução de 240 dias de calendário, visado pelo Tribunal de Contas, em 13/12/2023 – Processo de Fiscalização Prévia n.º 2094/2023.



DIREÇÃO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS

- b) Relativamente à referida obra, por deliberação da câmara municipal de....., foi autorizada e aprovada a execução de *trabalhos complementares* e a *prorrogação do prazo de execução da empreitada*, bem como aprovada a *minuta* da presente modificação objetiva ao referido contrato de empreitada, nos termos e condições constantes dos artigos seguintes;_____
- c) A classificação orçamental da dotação por onde será satisfeita a despesa resultante desta modificação ao contrato de empreitada, a realizar no ano económico em curso, é a seguinte:....., de acordo com a informação de cabimento n.º.....e a informação de compromisso n.º....., ambas de....._____

_____É celebrada a presente modificação objetiva ao contrato de empreitada, ao abrigo do disposto no artigo 375.º do *Código dos Contratos Públicos*, que se regerá pelos termos e condições constantes dos artigos seguintes, que os contraentes livremente estipulam e reciprocamente aceitam._____

Artigo 1.º

_____Os *trabalhos complementares*, aditados por este meio ao objeto do contrato de empreitada identificado no considerando a), nos termos do disposto no artigo 370.º do *Código dos Contratos Públicos*, compreendem a execução dos trabalhos a que se refere a informação da gestora do contrato, de.....de 2025, e respetivo anexo, e que dele fazem parte integrante para todos os efeitos legais e contratuais._____

Artigo 2.º

_____Pela execução destes *trabalhos complementares* o empreiteiro será retribuído com o preço de **€ 39.857,76 (trinta e nove mil, oitocentos e cinquenta e sete euros e setenta e seis cêntimos)**, a que acresce o IVA, de acordo com a referida informação e mapa de trabalhos, onde constam as quantidades e os preços unitários._____

Artigo 3.º

_____1. Para garantia da celebração da presente modificação objetiva ao contrato, bem como do exato e pontual cumprimento dos trabalhos aditados por este meio, o empreiteiro prestou uma caução, no montante de € (.....), mediante....., emitida pelo.....em....., correspondente a 5% do valor dos referidos trabalhos complementares._____

_____2. Para reforço da caução prestada, proceder-se-á à retenção de 5% no pagamento a efetuar, nos termos do disposto no artigo 353.º do *Código dos Contratos públicos*._____



DIREÇÃO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS

Artigo 4.º

_____.O prazo de execução da empreitada é prorrogado por **30 dias**, conforme consta da informação da gestora do contrato._____

Artigo 5.º

_____.Salvo o disposto em contrário na presente modificação ao contrato, tudo o mais se regerá pelo disposto no título contratual e pelos documentos que integram o âmbito da sua disciplina, mantendo-se inalterados os respetivos pressupostos._____

Artigo 6.º

_____.A presente modificação ao contrato de empreitada entra em vigor na data da sua assinatura, sem prejuízo da sua fiscalização concomitante pelo Tribunal de Contas, nos termos do disposto na alínea d), do n.º 1, do artigo 47.º, da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas._____

_____.Por ser esta a vontade dos outorgantes, livremente expressa, e depois de lida e achada conforme, vão eles assinar digitalmente a presente modificação ao contrato de empreitada, considerando-se a data efetiva da sua celebração a data de aposição da última assinatura._____

Pelo Dono da Obra,

(Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

Pelo Empreiteiro,

(Paulo Renato Brandão Ferreira)

